



No cotidiano das Práticas: As Identidades Culturais Como Modo de Pensar a Organização de Movimentos Como o MST¹

Camila Chaves FERREIRA²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

As constantes disputas pelo fazer-se ver, atreladas às dinâmicas econômicas, sociais e políticas por que passam as sociedades, têm apresentado aos movimentos sociais a necessidade de repensar práticas diante da tarefa de mobilizar. Neste cenário, a Comunicação, que já não mais cabe ser pensada somente sob uma ótica estritamente instrumental, é em potencial uma chave para o entendimento de problemas relativos à visibilidade ou representação, bem como à capacidade ou incapacidade desses sujeitos de dialogar. Assim, este artigo consiste em uma reflexão teórica sobre o conceito de identidades culturais proposto por Stuart Hall com o propósito de compreender de que modo a importância atribuída a esta questão por movimentos sociais como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é manifestada em suas práticas cotidianas.

Palavras-chave: Espaço; Identidades Culturais; Movimentos Sociais.

1 – Introdução

As transformações ocorridas ao longo da história, sobretudo no final do século XX, tais como a revolução do modo de produção, atrelado às mudanças estruturais na sociedade e a difusão dos meios de comunicação, passaram a exigir dos movimentos sociais novas posturas frente à dificuldade de mobilizar. Assim como no processo comunicativo as mudanças ocorridas implicaram em pensar, por exemplo, a produção, a circulação e o consumo de informações a partir da mudança da relação existente entre tempo e espaço – velocidade dos fluxos e encurtamento das distâncias –, do ponto de vista da política, novas foram também as questões apontadas.

A importância política atribuída à comunicação e o cenário de concentração em que se encontram os meios, passaram a empurrar os sujeitos coletivos à reflexão sobre formas alternativas de intervenção e de expressão de sua vontade de liberdade e de transformação social. Neste cenário de busca pelo outro, as práticas comunicativas

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Comunicação da UFC, email: camila.chaves@yahoo.com.br.



evidenciam-se não somente nos meios, nas mensagens e nos canais, conforme já apontava Berger (apud PERUZZO, 1998, p.113), mas em cultura, em relação, o que coloca no centro das discussões os problemas relacionados à visibilidade e à representação, bem como à capacidade ou incapacidade de diálogo de alguns setores da sociedade.

Sobre a questão do diálogo faz-se necessário dar relevante atenção, uma vez que, não raro, uma das críticas feitas à esquerda e, sobretudo, aos movimentos sociais, refere-se a uma suposta falta da capacidade de dialogar diante das diferenças. A origem desta talvez se dê pelo fato de que historicamente estes setores, além de terem estabelecido o debate de temáticas que desafiam o senso comum, sendo alvos constantes de silenciamento, também optaram por realizar um debate e uma prática que priorizassem a dimensão econômica, fazendo com que as relações e diferenças sociais geradoras de constantes lutas simbólicas, fossem ignoradas (BOURDIEU, 1998).

Partindo da reivindicação de que a natureza social da visão de mundo dos sujeitos não se define exclusivamente por uma relação de classes, surgem, no final da década de 1950, os Estudos Culturais como um campo interdisciplinar de conhecimento que tem como principal preocupação as relações existentes entre cultura, história e sociedade. Nesse processo, foram decisivas as produções de Richard Hoggart com “As utilizações da cultura – Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora” (1957); de Raymond Williams com “Cultura e Sociedade” (1958); E. P. Thompson com “A formação da classe operária inglesa” (1963) e, mais tarde, Stuart Hall, com suas contribuições sobre identidade (Escosteguy, 2010).

Nascido em 1932, na Jamaica, e tendo vivenciado no seio de sua própria família os conflitos entre o local e o colonial em oposição à cultura negra e pobre de seu país, desde cedo Stuart Hall estabelece relações e identificações com o movimento pela independência e com as posições antiimperialistas que, mais tarde, afirmará terem contribuído para formar sua própria subjetividade e elaborações teóricas. As contestações presentes na própria trajetória do autor levam-no a propor a pensar a identidade a partir da diferença e sob uma nova noção, o que colocará esta questão como central na atualidade das pesquisas dos Estudos Culturais (ESCOSTEGUY, 2003).

É a partir desta ótica, que fala sobre a necessidade de um olhar que não se estabeleça de modo por assim dizer restrito, que este artigo se propõe a pensar de que modo sujeitos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



têm dado relevante importância às questões referentes às identidades culturais durante seu processo de mobilização, produção de identificação e diferenciação, estabelecimento de relações e construção de novos sujeitos.

Faz-se necessário ressaltar que a escolha do MST como sujeito coletivo para se pensar as questões propostas neste artigo se dão, sobretudo, pela relevância e abrangência tida pelo movimento que, surgido em 1984 lançando mão da ocupação de terras como uma forma eficiente e legítima para pressionar o Estado para a desapropriação de terras e sua consequente distribuição, é atualmente considerado o responsável pela garantia de terras a mais de 350 mil famílias, segundo os dados informados pelo próprio movimento.

Para que não houvesse generalização de casos particulares, mas a tentativa de criação de um sistema, são levadas em consideração as experiências de vivência em assentamentos nos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Pará e Sergipe, feitas entre os anos de 2005 e 2009. Dentre estas, aquela que foi considerada de maior relevância faz referência ao pré-assentamento Santo Dias, localizado na zona rural do município de Guapé, ao sul do estado de Minas Gerais.

A terra foi ocupada em 30 de outubro de 2002 e nela viviam, durante a vivência realizada durante o mês de fevereiro de 2008, 49 famílias, entre elas aquela que me acolheu durante os dias, tendo me auxiliado no desenvolvimento das tarefas diárias, tais como plantio de sementes e mudas, colheita de alimentos, capina de plantações, e permitido o observar das formas de organização social, política, cultural e administrativa dos camponeses, consolidando assim a metodologia de observação participante.

Como forma de evitar os problemas passíveis de ocorrer em pesquisas com este caráter, tais como aqueles apontados por Amorim (2001), como as ênfases: no campo, na ação e menosprezo à teoria e ao conceito; na proximidade com o outro, identificação e empatia e naturalidade no encontro; e na experiência do pesquisador, sua vivência, sua pessoa, foi adotada ainda a pesquisa bibliográfica com a finalidade de possibilitar o embasamento teórico necessário para as reflexões que seguiram, ora de modo argumentativo, fazendo jus à cientificidade, ora narrativo, como forma de trazer ao texto a voz do outro encontrado no campo de trabalho, conforme veremos a seguir.



2 – As identidades Culturais em Stuart Hall

Embora reivindique pensar em termos de identidades distintas, que não necessariamente correspondem à noção de classe e, conseqüentemente, a uma concepção economicista para entendimento das relações, ao explicar o fenômeno da fragmentação das identidades Stuart Hall (1998) não deixa de considerar que nas transformações ocorridas ao longo da história, sobretudo no final do século XX, fatores econômicos tais como a revolução no modo de produção foram os principais responsáveis pela fragmentação das paisagens culturais gerando uma grande incerteza, uma vez que agora, tudo o que até então era tido como fixo, passou a se transformar.

Para Hall (1998), a velocidade das mudanças nas sociedades da modernidade leva não somente à reformulação dos conceitos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, como é também geradora de conflitos, uma vez que seus indivíduos passam a ser formados por identidades fragmentadas, distintas e por vezes conflitantes entre si. A diferença torna-se então característica destas sociedades que, embora diferentes, possuem elementos passíveis de articulação. Isso nos permite pensar, sob a ótica dos movimentos sociais, tanto a dificuldade de mobilizar um indivíduo a reivindicar questões mais gerais, como a possibilidade de produção de um novo sujeito, já que as identidades passadas são desarticuladas possibilitando a articulação de novas.

Em uma sociedade composta por indivíduos cujos modos de se projetar em suas próprias identidades tornaram-se provisórios, mobilizar para uma transformação radical da sociedade pode parecer utopia. Tomando como exemplo uma das paisagens culturais citadas, o gênero, que pressupõe a organização das relações sociais entre mulheres e homens, pode-se identificar entre as mulheres diversas formas específicas de organização, dentre as quais aquelas que podem estar organizadas em um grupo ou movimento de mulheres sem, no entanto, estarem inseridas em um movimento propriamente feminista.

É por compreender o que está em jogo na questão das identidades que movimentos como o MST conseguem inserção em setores distintos. Mulheres e homens repletos das mais diversas identidades culturais, organizados ou não em coletivos, grupos ou entidades representativas de diferentes interesses, vêm na necessidade da terra o elemento para a união e para a reestruturação de suas identidades. Para além desta necessidade, no seio do Movimento, o que querem as trabalhadoras e trabalhadores organizados é a construção de uma nova sociedade igualitária, solidária,



humanista e ecologicamente sustentável. Neste sentido, a terra funciona como um dos critérios ditos objetivos que, para Bourdieu

são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que - a prazo, e em particular por intermédio das ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exercício exercem) - tende a gerar a unidade real (BOURDIEU, 1998, p. 120).

Nos estudos sobre identidade, Hall (1998) definiu três concepções de sujeito bastante distintas entre si. O primeiro, o “sujeito do Iluminismo”, tem como características representativas a centralidade, a unificação, a racionalidade e o individualismo; o segundo, o “sujeito sociológico”, caracteriza-se pela sua falta de autonomia ou auto-suficiência e é formado na relação com outras pessoas; e por fim, o “sujeito pós-moderno”, sem identidade fixa, mas formada por várias outras, por vezes até contraditórias entre si, e que o empurra em diferentes direções.

Será a partir da concepção sobre o sujeito sociológico que se poderá compreender que o modo como se dá a organização do MST é revelador da importância dada às questões das identidades nos processos de disputa pelo outro e, sobretudo, na ação para a conformação de um novo sujeito, uma nova identidade pautada nos ideais defendidos pelo Movimento. É neste processo pois, que cabe compreender que os espaços sob sua organização figuram como o palco das interações, o lugar dos encontros e das identificações. Sobre este processo, tem-se que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (HALL, 1998, p.21).

Uma vez que as identidades são entendidas como objeto de disputas, torna-se evidente ressaltar seu caráter passível de transformação e principalmente localizá-las como uma ação de produção, como parte de um processo de construção social que possui estreitas conexões com as relações de poder, e não como meros elementos passivos da cultura. Ainda em Hall, essas características atribuídas à identidade devem



ser também aplicadas à diferença, ao passo que esta não pode ser tratada separadamente daquela.

Identidade e diferença não podem ser reduzidas a uma concepção meramente positiva, erro passível de ocorrer ao se definir a identidade como aquilo que se é, aquilo que se afirma ser, e a diferença como aquilo que o outro é ou tal como o outro se afirma, esquecendo-se que, tanto a identidade como a diferença são, ao mesmo tempo, afirmação e negação. Se se afirma como brasileiro, se nega como estrangeiro. Se se afirma como mulher, se nega como homem. Se se afirma como negro, se nega como branco (Hall, 1998).

Diferença, estranhamento, incômodo: são todas condições para que o conhecimento seja construído, porém como afirma Amorim (2001, p.62), “a hegemonia visa a interditar a ocorrência e o diferendo” e a interdição é, segundo Foucault (1996, p.10), ao lado da separação e da rejeição, um dos princípios da exclusão social. Se o outro é impedido de produzir sentido, se sua produção é separada, é impedida de circular ou, como acontece nas sociedades atuais, sua voz é ignorada, a construção do conhecimento se vê impedida.

Do encontro e de seu fracasso, do diálogo e do equívoco, se tece a produção de conhecimentos em Ciências Humanas. Conhecimento que se constrói portanto no paradoxo e na vertigem, pois sua possibilidade é alternativamente negada e afirmada (AMORIM, 2001, p.32).

A condição para que o encontro ocorra está na diferença e no encontrar está a possibilidade de descoberta do outro, por isso, a importância de dar ênfase a este elemento, ideia expressa por Amorim (2001, p.62) ao afirmar que “fazer justiça ao diferendo é instituir novos destinatários, novos destinadores, novas significações, novos referentes, para que a injustiça encontre como se exprimir e que o reclame cesse de ser vítima”.

É neste contexto que, conforme afirma Maria da Glória Gohn,

O MST busca construir uma identidade cultura nova aos sem-terra, baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm raízes e tradições que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos, advindas de fontes contraditórias – a Igreja Católica e setores de esquerda (GOHN, 2010, p.145).



Uma vez que a integração do outro a uma vida comum partilhada por um grupo não significa por fim à diferença – mesmo porque sem ela o outro não pode ser percebido –, os processos de disputas pela construção de uma identidade comum são também geradores de constantes conflitos. Assim, falar do outro está além de percebê-lo como a afirmação ou negação de uma identidade, pois a ele não cabe somente a condição de ir ao mesmo rumo ou de se opor a uma identidade pré-estabelecida. É preciso compreender que o outro é também um produtor de sentidos.

Para Bourdieu (1998, p.28), mais que pensar grupos, indivíduos, torna-se necessário pensar relações: “É mais fácil, por exemplo, pensar a diferenciação social, através da noção de classe, ou mesmo de antagonismos entre esses grupos, que pensá-la como forma de um espaço de relações”. Está nas interações, a possibilidade de construção de uma identidade nova, uma alteridade que negue outras identidades, para que se possa então pensar, a partir das relações, o outro e sua totalidade.

3 – Os movimentos sociais e o cotidiano de suas práticas

Para Gohn (2010, p.40), “os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil a partir de 1970”. Em seu mapeamento sobre o cenário dos movimentos sociais na atualidade, a autora destaca dez eixos temáticos entre os quais se encontra aquele referente às mobilizações e movimentos rurais onde estariam localizados atores como a Via Campesina (seção Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o MST, tido como o mais expressivo.

Em se tratando do MST, depois de conquistada, a terra passa a ser mais que objeto disputado, mas palco onde as contestações acontecem. Nela se dá tanto a luta pelo espaço, como a luta pela definição da identidade, a luta pelas representações. São modos de perceber o mundo. São ideias, palavras, formas de agir que falam sobre os lugares de onde se vem. Em espaços como os assentamentos, uma colcha de retalhos é formada: são moradores de cidades ou interiores. São homens, mulheres, jovens, crianças, católicos, evangélicos, moradores de rua, operários sem fábrica, camponeses sem chão, todos dentro de suas diferenças mobilizados por uma questão: a terra.

Para Milton Santos (1994, p.164), os homens, quando unidos por semelhanças fazem da terra tribo, e quando unidos pela cooperação na diferença, fazem dela lugar.



Neste sentido, propõe que para que o espaço seja compreendido, a análise sobre o tempo é tornada indispensável, tal a fusão entre tempo e espaço, que chegam a ser confundidos, não havendo como tratá-los separadamente. Assim, afirma que “o espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo”.

Se compreendido que o processo de construção de um novo sujeito demanda tempo, e que o tempo constrói a diferença entre os indivíduos, tem-se que nenhum indivíduo, ainda que organizado em um mesmo espaço, compartilhará de uma mesma forma de consciência. Tal questão e seus porquês levam à necessidade de compreender que as contradições estão presentes mesmo naqueles espaços caracterizados pela horizontalidade e pelo compartilhamento dos saberes. Assim, entende-se que, ainda que o MST tenha como forte característica a formação de seus militantes com vistas à construção de uma identidade nova e comum, não se pode exigir que todas e todos que compõem o Movimento respondam de maneira uniforme a uma mesma situação.

Explicados por esta análise estão os traços das contradições ainda presentes em movimentos de caráter revolucionário como o MST, como por exemplo, a reprodução do papel social da mulher. Mesmo que o debate para a subversão de uma lógica machista venha sendo tocado no Movimento desde a sua criação, a opressão da mulher ainda se faz notar em espaços como assentamentos, seja pela divisão das tarefas estabelecidas em alguns lares, pela imposição de comportamentos socialmente determinados ou pela força do poder de decisão atribuído aos homens das famílias, ainda que estes sejam os filhos.

Não se pode negar, porém, que o MST muito tem avançado no debate sobre as opressões de gênero com vistas a sua eliminação, o que tem possibilitado às mulheres organizadas no Movimento o auto-reconhecimento de sua situação como oprimidas, o primeiro passo para que se reconheçam como sujeito e passem a trabalhar para a criação de condições que subvertam esta lógica e viabilizem sua participação. Deste modo a terra é transformada em palco de luta por esta que é somente uma, entre tantas outras representações.

Embora se compreenda que sem o estranhamento não há possibilidade de construção, é importante ressaltar que inicialmente as diferenças são geradoras de conflitos e disputas pelo poder de impor por quem antes fazia parte de um grupo negado, ignorado, invisível. Santos (1994, p.37) afirma que “é pelo lugar que revemos o



Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real, triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora”, estas características fazem do espaço um lugar de disputas e, sobre estas, Bourdieu afirma que:

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 1998, p.113).

Para Bourdieu (1998, p.144), “o espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaços dos estilos de vida ou como conjunto de *Ständ*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”. Deste modo são em espaços como assentamentos, aqui entendidos como espaços sociais, que ocorrerão as lutas para que os conhecimentos de cada um sejam firmados, e isto se dá, assim como o poder simbólico, por meio do reconhecimento.

O capital simbólico, ou a distinção, são focos de conflitos em espaços do Movimento, entre os quais pode se exemplificar com uma das questões percebidas durante um período de vivência e observação com um grupo de assentados. É importante que se ressalte, antes do exemplo, que não há intenção de universalização dos casos particulares aqui mostrados, mas que torna-se fundamental compreender como estas entre outras questões são representativas dos conflitos vividos, nesses casos, em duas instâncias específicas, uma do indivíduo e outra do coletivo.

Em uma reunião realizada para discussão dos problemas do grupo, uma das questões recorrentes era relativa ao alto volume do som e ao tipo de música ouvida por um dos moradores. Enquanto alguns assentados reclamavam do barulho, outros falavam do desconforto que a agressividade das letras tocadas os trazia. Acontecia que no aparelho de som as músicas tocadas eram *Rap*, uma das bases do Hip hop, movimento surgido como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida nas periferias dos grandes centros. Cultura característica das ruas, o Hip hop representa para o ex morador de rua de São Paulo e naquela ocasião assentado, uma forma de expressão da realidade por ele vivida, além da uma forma de reivindicação de espaço e voz.

Todo consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível, quer tenha sido ou não realizado a fim de ser visto; ele é distintivo, quer tenha sido



ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar (*to make oneself conspicuous*), de se distinguir ou de agir com distinção (BOURDIEU, 1998, p.144).

Em outro espaço, um pouco mais adiante de onde se via a brincadeira de um grupo de meninos, estava uma mulher a cortar cana enquanto observava as ações que ocorriam no assentamento. Meses antes, seu marido, organizado no MST, havia conquistado a terra, mas para que ela fosse garantida precisava que toda família fosse para lá morar. Talvez por uma questão meramente geográfica, uma das características do Santo Dias é a quantidade de assentadas e assentados vindos de São Paulo, como se repetia nesta história. A moradora reclamava da forma como seus filhos eram criados no assentamento, “soltos”, a seu ver. Falava que embora na cidade grande problemas como o das drogas e da violência fossem presentes, o medo gerado por eles era positivo, uma vez que permitia a ela o controle sobre as crianças.

Na cidade, em meio aos problemas citados, a educação e o controle dos filhos se dariam com a “ajuda de um poder divino”. Evangélica, a moradora criticava as atividades culturais organizadas no assentamento e que serviam de divertimento das famílias e lamentava a ausência de uma igreja onde fossem expressos os ideais da religião por ela praticada. Em suas palavras, era possível ver entrar em cena o fator religioso como elemento motivador da divisão, ou mesmo do isolamento. No dito espaço, a maioria das famílias é praticante do Catolicismo ou não se identifica com nenhuma religião.

Este fenômeno da busca da distinção, que pode ser definido por elementos tais como a cultura ou a religião, é definido por Bourdieu da seguinte maneira:

A procura da distinção – que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual – produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza (em francês fala-se distinção natural) (BOURDIEU, 1998, p.144).

A linguagem é outro elemento definidor da distinção. Mas, se por um lado, tal como afirma Benveniste (apud Amorim, 2001, p.102) é nela e por ela que o homem se constitui como sujeito, é o meio de expressão do modo como se quer ser visto, por outro, ela é também uma forma de expressão do que os outros querem ver. Esta ideia pode ser confirmada nas palavras de Descobes (apud Amorim, 2001, p.113) ao afirmar que “uma linguagem precede os indivíduos e sustenta a comunidade, ela permite a cada



um de contar o que está acontecendo com ele, não da maneira como isto aconteceu, mas da maneira pela qual os outros podem entendê-lo”.

Bourdieu (1998) define a língua, assim como o mito, a arte, a ciência e a religião como instrumento de conhecimento e formadores de um sistema simbólico que, por sua vez, podem ser tanto os organizadores dos modos de perceber e classificar o mundo, e assim denominados de estruturas estruturantes, como construções organizadas para que tais classificações sejam feitas, e assim estruturas estruturadas.

Diante disto temos duas situações: de um lado, como afirma Bourdieu (1998, p.39) “a linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção” e, ao mesmo tempo, como na definição de Saussure (apud BOURDIEU, 1998, p.9), sistema estruturado e “fundamentalmente tratada como condição de inteligibilidade da palavra, como intermediário estruturado que se deve construir para se explicar a relação constante entre som e sentido.”

Essa duplicidade da língua é reveladora do conflito originado na interação. Bourdieu (1998, p.55), afirma que o espaço onde as interações acontecem funciona como mercado linguístico e completa: “Para compreender o que pode ser dito e sobretudo o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui”. É, portanto, nesta ideia de formação dos grupos e de exclusão, que a compreensão dos processos de identificação faz-se fundamental, uma vez que, como na concepção de Stuart Hall (1998), ao passo que se afirma uma identidade, outras são negadas.

4 – Considerações finais

O espaço social onde a vida, a cultura e a produção são organizados, como é o caso da terra, é também o lugar onde se dá a luta pela visibilidade, pela definição das identidades e pelas representações. É a partir destes espaços que o mundo é revisto e são as ajustadas as interpretações sobre ele. Assim, na terra são semeados os valores e construídas as bases materiais para que as novas relações possam ser estabelecidas.

Em lugares como assentamentos, estas questões se expressam no modo como são organizadas as atividades e os espaços de decisão, uma vez que são dados de modo a tornar possível o aprendizado e estimular o protagonismo, exercitar o fazer-se sujeito



de um processo de transformação que é tido não somente como possível, mas sobretudo necessário.

No estabelecimento dos processos de identificação entre os novos sujeitos e uma determinada causa ou projeto, o diálogo figura como elemento fundamental no sentido de abrir possibilidades de negociação diante das diferenças e, conseqüentemente, de construção do conhecimento novo ou da nova identidade. Diferença e identidade são aqui, por sua vez, tal como proposto por Hall, entendidas não como questões naturais, mas construções socialmente determinadas.

Nos é evidente, porém, que neste encontro que se estabelece com o outro, com aquele que é diferente de si, os conflitos são presentes, sendo também bastante tênue a linha que separa, de um lado, a diferença que põe em risco um ideal de coletividade, e do outro, o estranhamento que tem esta mesma diferença como condição para construção da nova identidade ou novo conhecimento. Neste sentido, a movimentos como o MST caberia a condição de transitar por esta fronteira.

Assim, cabe dizer que sujeitos coletivos como o MST dialogam com outros setores com vistas à formação de alianças quando, por exemplo, incorporam à sua pauta de atuação reivindicações que extrapolam as questões de classe somente, como a cultura, o combate à violência sexista, a democratização da comunicação, a saúde pública, o desenvolvimento justo e solidário da economia, a diversidade étnica, a participação no sistema político e a soberania nacional e popular, por exemplo, é dialogar com outros setores com vistas à formação de alianças.

Deste modo, tal como estabelece a proposta dos Estudos Culturais de pensar novas formas de se apropriar das transformações e das relações, a reflexão sobre a ideia de identidades culturais – tendo como base a ideia de cultura não como mero reflexo ou coisa estruturada, mas sobretudo como algo que também estrutura, constrói (HALL, 2003) – torna-se essencial se pensarmos do ponto de vista dos movimentos sociais e da necessidade cotidiana que estes têm de reinventar suas práticas.

É, portanto, a partir desta reflexão que podemos compreender os espaços sobre a organização do MST como o espaço da organização da vida social. Assim, esses espaços passam a ser entendidos como o lugar onde acontecem as negociações e contestações, ainda que em determinadas situações, em níveis distintos, o que nos permite afirmar que as disputas pela terra são também as disputas pelas identidades e pelos modos de pensar e agir a partir delas.



REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas** / Marília Amorim. -- São Paulo : Musa Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1998. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Stuart Hall: esboço de um itinerário biointelectual**. In Revista Famecos, Porto Alegre, n.21, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. (organizadores) Antônio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França. 9. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio São Paulo-SP, Edições Loyola, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomax Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 2.ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília : Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.